



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 43**

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 07-05-2003

Aos sete dias do mês de Maio de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, António Fernando Ribeiro Martins, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se as ausências dos seguintes Vogais: Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda e os Vereadores Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques e Domingos José Barreto Cerqueira.

A Vereadora Lusitana Maria Geraldês da Fonseca chegou às 21:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições nesta reunião, do Vogal Orlando Eduardo Silva Terra Seca por António Fernando Ribeiro Martins, em virtude dos cidadãos subsequentes na lista não poderem estar presentes.

Ainda nos termos da legislação em vigor, nesta reunião, os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e António Luís Gomes Carvalho, fizeram-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves e Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa – Informou a Assembleia do pedido de renúncia imediata ao Grupo Municipal do Partido Social Democrata, do Vogal Diamantino Laranjeira Simões Jorge, nos seguintes termos:

«Ex.mo Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro

Diamantino Laranjeira Simões Jorge expõe a V. Exa.:

1. Porque o cidadão, em lugar de instrumento, é o elemento essencial e pilar da democracia;
2. Porque a Assembleia de Freguesia de Requeixo, de 17/04/03, foi de opinião unânime em manter a confiança política ao seu representante na Assembleia Municipal de Aveiro;
3. Porque sendo desidrato daquela a realização e melhoria dos níveis de desenvolvimento económico e social;
4. Porque estes se mostram inatingíveis através de ajuda partidária;
5. Porque, igualmente, são partidariamente insubordináveis e intransaccionáveis;
6. Porque se revela desaconselhável e desadequado continuar, quer publicamente quer no estrito âmbito desta Assembleia Municipal, o embuste do Politicamente correcto;
7. Porque há força e ânimo bastantes para arcar com o estigma desta democrática Assembleia;
8. Porque quero substanciar o voto dado e a reafirmada confiança política.

Comunico ao abrigo da legislação democrática vigente e do Regimento, a V. Exa.:

A minha imediata desafecção, por renúncia partidária, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) e a consequente integração, na qualidade de deputado independente, na Bancada dos Deputados Independentes da Assembleia Municipal de Aveiro.

Rogo, por último, a V. Exa.:

- a) – A divulgação deste meu requerimento pelos demais líderes de bancadas partidárias;
- b) – O respectivo registo em acta da Assembleia Municipal.»

*“Não há nada a dizer, nem a considerar, passa a independente — está independente. Será tratado regimentalmente como tal”.*

(Entrou na sala o Vogal António Manuel de Carvalho Serra Granjeia).

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto 1. da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

*(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entraram na sala os Vogais Armando Manuel Dinis Vieira e Vítor Manuel Santos Marques).

### Membros da Assembleia:

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

(Entrou na sala o Vogal Rui Manuel Pereira Costa)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente, deixando-nos das coisas urbanas e citadinas e do Estádio e vamos falar de coisas mais do povo (que eu aqui também represento,) do povo das aldeias, e*

*dizer-lhe Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, Caros Colegas, Senhores Vereadores, que já que ninguém fala da minha terra falo eu: subimos de divisão no passado Domingo. Subimos de divisão treinando ou na rua ou nos campos emprestados e jogando sempre fora de casa! Grande equipa. Grande espírito de sacrifício, grande espírito desportivo, é uma coisa que eu quero aqui salientar que me surpreendeu (já agora permitam-me este aparte caseiro) foi o conjunto de jovens que ali estão a praticar futebol, jovens com muita qualidade, com um espírito de grupo fortíssimo, disciplina, alegria, coisa que eu que já fui dirigente durante anos nem sempre vi. E só um espírito daqueles tornou possível levar por diante esta tarefa com êxito, com os sacrifícios de toda a ordem que os senhores imaginam. Eles não têm salário — têm um pequeno prémio que quase não dá para pagar o combustível quando têm que se deslocar. Por isso merecem uma referência acrescida. E Senhor Presidente, é altura (espero que sim), que aquele malfadado plano chegue sexta-feira ao seu destino — espero que chegue Senhor Presidente, porque então, olhe, mais vale V.Exa. fugir, e eu também, porque eles atiram-se a nós. Bem, posto isto, este desporto amador que se auto-sustenta — é fundamental dizer isto e eu digo isto com muito orgulho e volto a referir, sei que há dias falei nisto, mas a Freguesia de Oliveirinha tem várias associações, entre elas uma que pratica futebol distrital; já jogou na terceira divisão nacional. Neste momento estávamos numa situação vindos de baixo, que foi recuperando com muito sacrifício das pessoas que já referi, nomeadamente do Presidente do Clube que é simultaneamente presidente, treinador, angariador de fundos e um grande gestor — porque ele chega ao fim do ano e tem a preocupação de ter as contas todas certinhas e não dever nada a ninguém. Essa é que é a grande vantagem! E o clube tem então uma equipa sénior de futebol (entre outras), que subiu ao escalão de honra distrital. É uma meta onde já tínhamos estado antes é verdade, mas tínhamos vindo por aí abaixo (descemos), e subimos então agora de divisão. Vamos ver se dentro de sessenta dias, quando vão começar os treinos, se vamos ter o nosso relvado pronto? É o relvado, é o pelado, e é um arranjozinho. Eu queria uma requalificação, mas como pessoa que tenho os pés no chão e o Senhor Presidente da Câmara é a primeira testemunha. Eu nunca apresentei aquela questão como prioritária porque o nosso país tem neste momento outras prioridades. Mas uma vez que se começou o trabalho tem que se acabar - essa é que não há volta a dar-lhe. Então é este o apelo que fica, como prémio àquele conjunto de atletas disciplinados, desportistas, que praticam desporto, pelo prazer do desporto e não por qualquer objectivo como o vil metal, como muita gente diz.*

*Senhor Presidente, aqui na Comunicação, dando aqui uma vista de olhos, outra coisa que nos preocupa bastante e nomeadamente as freguesias suburbanas suponho eu, é o estado das escolas. Eu sou um grande defensor e lanço daqui um repto à grande figura de político nacional do nosso Presidente da Assembleia Municipal, eu acho que todos os políticos com intervenção nacional deveriam trabalhar no sentido de um acordo de regime na área da educação. É fundamental. Entre outras áreas também que são nucleares do desenvolvimento acelerado do nosso país, que é disso que se trata. E na Educação, particularmente eu que acompanho quase que diariamente oitocentos jovens, verifico que não vamos a lado nenhum desta forma um tanto displicente. Há muita falta de entusiasmo, de orientação e muita falta de regras; e obviamente muita falta de disciplina. E sem disciplina, meus senhores, não vamos lá.*

*Deixem-me aqui fazer uma referência, que sou simpatizante a nível nacional, obviamente do Beira-mar, mas dos grandes clubes do Benfica, tenho que fazer aqui uma referência à vitória do Futebol Clube do Porto no campeonato nacional. Porquê? E porque é que me lembrei disso? Eu sou adepto do Benfica: porque é que me lembrei disso? O Futebol Clube do Porto é uma equipa que se afirma na Europa, porque tem à frente daquela equipa um*

*grupo de gente disciplinada que sabe disciplinar o grupo de trabalho e só assim é que se lá chega. Aquela equipa é uma prova acabada de que só com disciplina e trabalho lá vamos. Portanto, Senhor Presidente, quando aparece aqui na Comunicação quanto à educação uma pormenorização da Escola da Costa do Valado, e eu não sei, e o Senhor ex-Vereador Jaime Borges pode ajudar-nos como vereador que foi, se pormenorização pode significar “pulverização”? É que a Escola da Costa do Valado desapareceu foi destruída!? Parece que levou ali uma bomba daquelas de implosão e desapareceu. O que é facto é que não está lá nada! E a pormenorização (agora falando sério), se é aquilo que eu julgo são os pormenores técnicos do projecto, e eu lanço aqui um desafio: Senhor Presidente ponha esta obra a andar e atreva-se a delegar na Junta de Freguesia a execução desta obra. Atreva-se! Atreva-se a fazer isso Senhor Presidente! Garanto-lhe que gasta muito menos dinheiro e que tem uma obra muito melhor acabada em muito menos tempo. Quanto à iluminação pública. Senhor Presidente há aqui referências à iluminação pública. O concelho de Aveiro é um desastre em iluminação pública!? Nomeadamente na periferia e nas aldeias. Tem uns pontos, Senhor Presidente, tem... Tem uns bocadinhos que estão razoavelmente, mas e o resto? A esmagadora maioria das ruas da minha freguesia são de há cinquenta anos atrás — e isso deveria envergonhá-lo Senhor Presidente! A mim envergonha-me, mas como eu não tenho a capacidade para resolver a questão e os meios e a competência legal, é a si que tenho que me dirigir. E faço o apelo para que mande resolver este problema que afecta com certeza não só Oliveirinha, mas outras freguesias.”*

(Entrou na sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, declara-se, e passo a citar «se tem verificado um aumento significativo do investimento feito pela Câmara». Sem querer discutir questões técnico-finaceiras e económicas – isso será certamente tratado por outros – queria apenas avançar três indicadores: em 2002 apenas 12% do orçamento foi destinado à viação rural, e apenas 17% às escolas do concelho. A taxa de execução orçamental foi inferior a 50%, mais precisamente 48%. Não vou referir-me ao passivo, às dívidas, aos encargos financeiros aos variados leasings, leasebacks e outros. A seu tempo esses assuntos serão discutidos aqui nesta Assembleia. Mas mesmo discordando, porque a realidade assim o demonstra, das declarações do Senhor Presidente da Câmara no que toca ao investimento, e na forma de gestão, uma certeza existe já: não há melhoria da qualidade de vida dos aveirenses, bem pelo contrário. Li as actas das últimas reuniões e depois hesitei em repetir críticas já anteriormente feitas. Mas os mesmos factos exigem as mesmas críticas. Volta a elogiar-se a iniciativa Freguesia/Capital do Concelho. Senhor Presidente volto a repetir: não adianta! Não tem consequências práticas nenhuma, não traz benefícios para ninguém, as freguesias ficam apenas mais desiludidas, pois trata-se de um mero exercício de propaganda.*

*As intervenções profundas a que o centro urbano tem sido sujeito, levou à destruição de espaços públicos tradicionais que transmitiam beleza e bem-estar, e eram um registo histórico da cidade, agora perdido.*

*Se quer construir “modernismos” ou simplesmente dar espaço de criatividade aos arquitectos, não destrua o que outros criaram.*

*Há muito terreno aberto no concelho à espera que o construam, onde os técnicos/artistas de hoje podem dar largas à sua criatividade. Em Paris existe a ‘Défense’. Porque não arranjar no concelho algo semelhante?*

*Não é preciso construir sobre as ruínas de um passado recente para modernizar, se é a isso que chamam progresso! Está a cidade a transformar-se numa descaracterizada urbe, sem passado, sem presente e talvez sem futuro. O móbil das intervenções no centro urbano foi a modernização forçada, com o intuito de obter mais-valias.*

*Isso levou no entanto a autarquia a uma desastrosa gestão financeira. Apenas dois exemplos dessas intervenções:*

*A Av. Lourenço Peixinho – completamente descaracterizada hoje – 1.º com aros verdes que lembram poleiros de papagaio, depois com o abate das árvores; actualmente com a transformação de parte da avenida num longo túnel.*

*Outro mau exemplo é o estacionamento da Praça Marquês de Pombal. Alguns dos edifícios aí existentes mereciam um pouco mais de respeito.*

*Concentrando-se quase exclusivamente no centro urbano do concelho esta administração abandonou praticamente as freguesias rurais. Dentro de algum tempo, será quase impossível transitar em Aveiro, dentro e fora do núcleo urbano tal o estado de degradação a que chegaram as estradas do concelho.*

*Tem-se transmitido a intenção de afastar os automóveis para a periferia levando à diminuição da poluição e à melhoria do ambiente, no entanto as políticas municipais estão a atrair cada vez mais carros para o núcleo urbano: um bom exemplo é o túnel da Av. Lourenço Peixinho – estrutura que trará para Aveiro um grande aumento do trânsito automóvel, segundo estudos recentes feitos por especialistas.*

*Uma zona que deve merecer uma intervenção e uma limpeza de emergência é a zona da Lota, pela sua extrema degradação e pelo perigo que representa para a segurança das pessoas.*

*Enumerarei algumas das políticas que têm sido seguidas, tentando tirar às críticas que faço qualquer dramatismo exagerado. Mas é difícil aceitar as decisões que estão a ser tomadas sobre o futuro deste concelho e que vão ter consequências para todos nós. Em muitos casos, reconheço, não há nada a fazer, apenas constatar. Mas talvez ainda se vá a tempo de evitar erros futuros que acabem por comprometer o nosso destino colectivo.”*

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu começava por analisar esta Comunicação um pouco da mesma forma que analisei a anterior e provavelmente a anterior. As Comunicações do Senhor Presidente da Câmara, a esta Assembleia – se bem me recordo dos tempos verbais, vêm constantemente no gerúndio: “está andando”; “vai-se fazendo”; “está-se planificando”. Portanto, são girândices – passe qualquer “cacofonia”, que possa por aqui passar, numa primeira análise mais distraída que vamos fazendo Senhor Presidente, que vamos escrevendo e depois a chatice é que temos que ir escrevendo pouco mais, e ainda um pouco mais, e vamos descobrindo algumas situações que não nos vão agradando nos tempos que vão correndo.*

*Em primeiro lugar, Senhor Presidente, claramente o senhor citou algumas obras, porque outras não teria para citar na sua introdução, porque não são obras da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro. Escreveu-as nesta Comunicação, relata-as nesta Comunicação e não são obviamente obras da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro. Pode dizer-se que houve a vontade política do Dr. Alberto Souto, de anuir,*

*aproveitar o “timming” da CP, porque no fundo quem marcou o “timming” foi a CP e a REFER para aquela obra; vamos ver se é uma obra que vai ou não beneficiar a cidade ou o concelho?*

*O Lar que citou, o Lar do Centro Social de Santa Joana, obviamente não é uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro. Tanto não é que os próprios promotores andam aflitos neste momento à procura de contribuições. Espero que a Câmara possa estar disponível também para isso. Já fez alguma coisa?... Até agora o Senhor Presidente fez o que pôde! Há muito mais para fazer ainda e todos nós temos que tentar ajudar nestas coisas.*

*Depois, Senhor Presidente, relacionando isto com as ‘Presidências Abertas’ ou com as freguesias capitais de concelho, é evidente – como dizia o meu colega de bancada Dr. Jorge Nascimento, que estas acções são mais acções de marketing do que acções efectivamente descentralizadoras. São acções que permitem à Câmara Municipal mostrar uma perspectiva descentralizadora que no fundo, quando ao tentar mostrar quando passada a análise dos investimentos tal não se consubstancia, não se vê essa perspectiva descentralizadora.*

*Depois, o Senhor Presidente falou aqui da Avenida Santa Joana. Mas sobre este assunto quero dizer que não é pacífica a situação da Avenida Santa Joana; não é pacífica a Avenida de São Bernardo; e creio que as outras, tirando o túnel da estação que já é uma realidade, podem ser um pouco mais pacíficas, mas pelo menos estas duas não são pacíficas. E gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos explicasse claramente qual o ponto de situação destas duas avenidas? Qual a posição da Junta de Freguesia de Santa Joana em relação à nova Avenida? O que é que saiu desta Presidência aberta em Santa Joana, nomeadamente da parte dos munícipes, em relação a essa nova avenida? E a mesma coisa em relação a São Bernardo e à nova Avenida de São Bernardo? Porque é importante para esta Assembleia ser elucidada acerca deste assunto.*

*Depois e entroncando também no Planeamento, já aqui foi dito, eu repiso, reafirmo e tento dar um pouco mais de enfoque ainda, sugerindo que é obrigatório Senhor Presidente, não que o Senhor venha dizer a esta Assembleia que o Plano de Urbanização está a chegar ao fim dos trâmites legais que tem que percorrer; é obrigatório Senhor Presidente, e se calhar Senhor Presidente da Mesa, que esta Assembleia tome a iniciativa de convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, novamente com um único ponto de agenda: Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro e Polis. Porque aquilo que se tem visto até agora é que quer o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, quer o Polis, estão de costas voltadas. Estão de costas voltadas! Trilham caminhos paralelos, ignoram interfaces, não trabalham em conjunto uns com os outros. Sabe-se disso! Mais. Há alterações ou não há impostas ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro - unilateralmente impostas diria eu até, pelo Polis? Que tem obrigatoriamente que ser acolhidas no Plano de Urbanização porque o Polis assim quis? E porquê esta primazia e porque não ao contrário? E porquê este interface e porque não outros? Acho que esta Assembleia, nesta altura crucial, porque estas sete novas avenidas entroncam também com estes dois importantíssimos instrumentos de ordenamento do território e definem-nos, e caracterizam-nos e vinculam-nos, nesta altura esta Assembleia Senhor Presidente e peço-lhe que o faça ou pelo menos que reúna a Comissão Permanente para que se possa convocar essa reunião, que se convoque uma reunião extraordinária para analisarmos nós, aqui, com os elementos que a Câmara nos fornecer e eu sei que serão todos, esta oportunidade que se depara ou que se prepara para se deparar a Aveiro e aos seus munícipes, relativamente ao Polis e ao Plano de Urbanização.*

*Depois só uma pequena questão em relação ao trânsito Senhor Presidente. Eu não sei quanto custou esta alteração? Para além de se dizer bem - e acho que em algumas*

*situações resultou ou poderá resultar, é cedo para dizer ainda, o período de avaliação será de seis meses creio eu, mas ainda é cedo para dizer; primeiro o Senhor Presidente tem que nos dizer, hoje aqui, quanto custou esta alteração ao município? Ou quanto irá custar?*

*Depois Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga, parte substancial destas alterações apenas e só repuseram aquilo que já era uma realidade, recorde uma vez mais importantes alterações, a rua do Gravito e rua do Carmo. Repuseram aquilo que já foi uma realidade e que foi entretanto alterada e que voltou agora a ser alterada. Portanto Senhor Presidente, quanto custou e que objectivos pretende atingir com isto?*

*Depois Senhor Presidente eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: quando o Senhor fala de dezoito milhões de euros - mais coisa menos coisa, de passivo, a curto prazo reforço a pergunta que o meu colega de bancada Dr. Nascimento fez: prazo por esgotar, por cumprir, prazo a decorrer ou prazo já esgotado? Porque reportando-me à Comunicação do Senhor Presidente há aqui cerca de vinte e três milhões e oitocentos mil euros de dívidas (deixe-me ir buscar o termo certo), há cerca de vinte e três milhões e meio de euros - "Passivo a entidades Não Financeiras". Destes vinte e três milhões de euros de passivo a entidades não financeiras, o Senhor Presidente inclui os dezoito milhões a curto prazo nestes vinte e três milhões? Estes dezoito milhões incluem-se? É porque se assim é, nós apenas temos cinco milhões de euros de encargos assumidos e não pagos já vencidos. Estou só a perguntar - o Senhor Presidente explicará.*

*Depois Senhor Presidente, há uma coisa que me desagrada, mas contra isso eu creio que neste momento muito pouco ou nada há a fazer, a não ser esperar que o Senhor Presidente saque da cartola o coelho que lhe permita de hoje para amanhã, ou de hoje para daqui a muito pouco tempo resolver o problema a estes fornecedores de imobilizado, obras - onze milhões e setecentos mil euros; "Outros fornecedores" que não sei o que são, ninguém sabe, seis milhões e oitocentos mil euros. É preciso começar a pensar seriamente em resolver estes assuntos e resolvê-los a contento, porque senão, Senhor Presidente, só nesta Comunicação são cerca de quinze acções em Tribunal para recuperação de crédito, cerca de quinze que aqui estão! Uma delas, sintomática ou não, é até de uma empresa de "factorings" - a "Helder Factorings"; sintomático ou não já não é só o credor da Câmara inicial que não consegue recuperar o crédito, é aquele a quem esse credor cedeu os créditos que também se viu incapaz de recuperar e que entra com a Câmara para Tribunal. E isto Senhor Presidente, sinceramente, nós não gostamos de ver.*

*Eu terminava apenas com uma referência muito rápida, muito curta e incisiva a também uma referência que o Senhor Presidente aqui fez, em relação ao Plano de Pormenor Mário Duarte. O Senhor Presidente diz que: "face à atitude assumida pela Comissão desta Assembleia em relação a esse mesmo Plano de Pormenor, o Executivo aprovará uma versão do Plano de Pormenor e fará chegar à Assembleia formalmente para que seja discutido e votado". Eu gostaria de lhe dizer Senhor Presidente, que a atitude da Comissão da qual eu fiz parte, foi uma atitude acima de tudo pedagógica, acima de tudo prudente e acima de tudo na tentativa de respeitar aquilo que são compromissos assumidos quer por uns, quer por outros. E toda a gente nesta Assembleia sabe o que é que eu quero dizer com isto. E portanto Senhor Presidente, por favor não atire para cima das costas dessa Comissão qualquer tipo de responsabilidade negativa em relação a este assunto. Assumimos que íamos deixar esta porta aberta, para por exemplo a Câmara poder ter tomado a iniciativa de convocar os representantes partidários para uma reunião acerca da viabilidade ou não de um novo Hospital; para por exemplo a Assembleia Municipal - e aproveito para o interrogar Senhor Presidente, se já fez chegar à Mesa da Assembleia a necessidade sentida pela Câmara da convocação da dita cuja reunião com a ARS/Centro e com a Administração do Hospital e com os Partidos com assento nesta Assembleia. E portanto Senhor Presidente, se o Plano de Pormenor Mário Duarte está como está neste*

*momento deve-se fundamentalmente à Câmara Municipal, à ARS/Centro e ao Hospital de Aveiro, não à Comissão desta Assembleia que sobre ele trabalhou.*

*Terminava dizendo o seguinte: o Senhor Salavessa falou das áreas metropolitanas, em boa hora o fez. Temos todos nesta Assembleia, creio eu, vindo a falar disto. Eu costumo dizer que em determinadas situações “de Coimbra nem bom vento, nem bom casamento”. Este é um exemplo claro. Toda a movimentação que se faz já em Coimbra em torno e definindo aquilo que Coimbra quer que seja a sua grande área metropolitana, invade (eu diria quase de uma forma obscena) o Distrito de Aveiro - até Águeda!? o Senhor Presidente sabe disso. E portanto é preciso, como dizia o Salavessa e muitíssimo bem, é preciso terminarmos já com o silêncio e mostrarmos a esses Senhores (no outro dia falava-se aqui, aqueles que não gostam de nós) que estamos alerta, que estamos atentos e que sabemos o que queremos. E é preciso Senhor Presidente ter a coragem de começar a falar nisto.*

*A propósito de outros assuntos disse-se aqui nesta Assembleia que não há vacas sagradas. Muito menos em Coimbra! E nós em Aveiro temos a responsabilidade para com os nossos filhos, para com os nossos netos (quem os chegar a ter), de lutar por isto agora. Aveiro tem condições para ser uma das futuras grandes áreas metropolitanas, assim por exemplo Aveiro saiba capitalizar tudo aquilo que cá se faz, tudo aquilo que cá se produz e tudo aquilo e saiba ganhar a influência, de tudo aquilo que até agora com divisionismos bacocos, com divisionismos balofos, com partidarites agudas, sempre se foi perdendo, sempre se foi deitando fora. É por aí que nós temos que ir.*

*E então se quiser em termos mitológicos: depois do volta Ulisses que estás perdoado e da Penélope que a esta hora está feliz; eu diria que o Senhor Presidente tem que deixar de passar por cima disto como “Aníbal e os elefantes” — sobretudo quando os elefantes vêm atrás. Mas que nós CDS, em conjunto com todos obviamente, cá estaremos para pelo menos (somos quatro partidos representados nesta Assembleia) fazer os trabalhos de Hércules — nós encarregamo-nos deles. Um deles pode até ser o Hospital de Aveiro! Desse não vamos desistir.”*

Vogal Álvaro do Bem (PS)

#### Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

ç

*“Bem, em primeiro lugar, Senhor Doutor Santos Costa, deve ter lido mal os números outra vez; peço desculpa! Porque realmente as despesas correntes no ano 2002 baixaram não aumentaram. No ano 2001 elas foram de vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil euros. No ano de 2002 foram de vinte e dois mil, setecentos e trinta e sete - portanto baixaram. Não baixaram os quinhentos mil contos que tínhamos previsto, mas baixaram significativamente e deixe-me dizer-lhe: se não fossem as trinta medidas então a situação teria sido bastante mais gravosa. E se é certo que não conseguimos obter os resultados que na altura estavam previstos, a verdade é que essas medidas contribuíram bastante para que os resultados não fossem tão maus e a razão é conhecida: as nossas despesas correntes apesar de terem baixado não foram compensadas por um aumento das receitas correntes como é sabido — e a responsabilidade não é nossa. A responsabilidade já aqui o recordámos, a responsabilidade por essas trinta medidas não terem tido todo o sucesso que esperávamos é que de facto ao nível das receitas correntes e das receitas de capital houve factores que nos ultrapassaram, como ultrapassaram a todos. Todas as Autarquias baixaram as receitas da contribuição autárquica, da Sisa, da Derrama. A Derrama teve uma baixa absolutamente significativa. As taxas e licenças urbanísticas, a Assembleia Municipal conhece bem as razões porque é que esse regulamento não produziu os efeitos financeiros desejados durante esse ano. As transferências do III Quadro Comunitário de*



*Apoio, que também não se confirmaram; há atrasos inexplicáveis. Mesmo assim o orçamento de 2002 foi o orçamento maior de sempre e com diminuição das despesas correntes — eu gostava de o frisar. Num ano em que baixámos as despesas correntes, nós aumentámos as despesas de capital em 36% e portanto esses são números que vale a pena reter; são os números do futuro: contenção nas despesas correntes e aumento muito significativo nas despesas de capital.*

*Depois ainda sobre as questões financeiras eu gostava de dizer o seguinte: eu nunca disse que a situação era boa! Eu disse é que a situação não é tão má como a pintam. É uma situação que está sobre controlo, que está a evoluir bem e julgo que esta retórica consecutiva e as críticas políticas que de facto se limitam a fazer uma contabilidade a curto prazo são respeitáveis, compreendemos, mas enfim, não vão no sentido daquilo que Aveiro precisa. São críticas com outro fôlego — se me permitem, nós gostaríamos de ter uma posição que pensasse mais nas questões estratégicas, mais nos grandes projectos e que enfim não se limitasse a ter uma postura e uma atitude de analisar as facturas que estão pendentes. Não é agradável para ninguém, mas de facto nas últimas intervenções foram aqui focadas questões bem mais importantes, mais relevantes para o futuro de Aveiro do que esta questão das facturas de curto prazo.*

*Sobre a Avenida de São Bernardo e de Santa Joana e as demais avenidas eu gostava de dizer o seguinte: a Câmara tem tido uma atitude que eu acho que é exemplar no sentido de promover condições para que o Planeamento seja o mais participado possível.*

*Os processos de Planeamento são processos sempre sensíveis e vai longe o tempo em que o Planeamento se fazia no gabinete, que era uma actividade que se podia fazer com alguma calma e reserva; não é assim hoje em dia. As pessoas querem ser senhoras do seu destino, das opções de Planeamento e até do traçado das avenidas. E isso é respeitável e temos todos que aprender a lidar com estes processos de opinião popular, opiniões muito privadas, mas evidentemente há limites: há questões técnicas que são irreduzíveis e incontornáveis e há também (deixem-me dizer), contributos e ideias que são tecnicamente aproveitáveis, que podem ser incorporadas e têm sido incorporadas na sequência dos processos de discussão e análise pública a que sobretudo estes dois projectos têm sido submetidos. Eu diria mesmo que o resultado dessa reflexão partilhada que têm sido feita é de que os nossos técnicos tem melhorado sensivelmente as propostas iniciais, de forma sem prejuízo da coerência do Planeamento, para poder dar resposta a algumas das preocupações que foram expressas e que se prendiam sobretudo com a inexistência de pormenorização do projecto; porque de facto na fase em que estamos, também não era exigível e se colocou algumas dúvidas e suscitou algumas interrogações. Mas como digo são processos que estão a evoluir muito bem, eu diria, foram ambos objecto de alterações e na consequência dessas alterações, quer as populações, quer as autarquias em causa, têm tido atitudes muito diferentes, construtivas, o que me deixa com muita esperança que de facto os dois projectos venham a ser a curto prazo bem recebidos; como já estão a ser melhor compreendidos por todos, são projectos diferentes, já melhorados, espero que as duas Freguesias e todo o Concelho possam tão cedo quanto possível vir a beneficiar dessas duas avenidas.*

*Em relação à Avenida do Crasto. Eu julgo que não me enganei, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aradas, eu julgo que não me enganei! O que está projectado de facto é que ela comece no local onde será a futura rotunda (passo a publicidade) do Bota-Fogo (julgo que foi isso que eu disse) na EN 109; na rotunda que será aí criada e abrindo uma nova entrada para o Campus Universitário - uma nova alameda universitária com grande qualidade urbanística, como se impõe com a qualidade que o Campus Universitário nos têm habituado. Poderemos ver isso depois em detalhe na altura do Plano de Urbanização.*

*Sobre umas questões suscitadas pelo Senhor Salavessa sobre o Sindicato dos Professores, eu não sei o que é que se passa com a audiência, tenho todo o gosto em recebê-los (deve haver aí algum pedido esquecido), mas de facto as escolas de Verdemilho, da Presa, de Sarrazola e da Quinta do Simão, são escolas que nos preocupam, fazem parte da nossa lista de escolas que estão devidamente identificadas como necessitando de intervenções profundas. A de Verdemilho vai avançar; a Presa independentemente do resultado da carta escolar, julgo que ninguém contestará que é uma escola que deve mudar a sua localização porque quer do ponto de vista da envolvente agora com o parque de feiras, quer do ponto de vista das instalações em si, não tem condições para continuar ali e para se fazer um investimento numa escola nova naquele local. Foi encontrada uma solução provisória que teve o acordo dos pais e dos professores e de facto a Quinta do Simão, enfim, é uma das urgências que temos. Na escola de Sarrazola fizeram-se intervenções pontuais que julgo que talharam as principais deficiências que foram dadas. Mas eu estou ali com o Senhor Deputado Armando Vieira, de facto eu acho que é importantíssimo nós fazermos (como ele lhe chamou) “um pacto de regime” em relação às escolas. A aposta estratégica, é a melhor que podemos fazer - é investir na qualidade das nossas escolas. O que passa também, não apenas como é evidente, pela qualidade do edifício das escolas edificadas. Mas o Senhor deputado Armando Vieira que agora não está aqui, tenho pena, podia-nos ajudar nesse sentido porque como Presidente da ANAFRE devia transmitir ao Governo que para que este pacto de regime funcione e não passar apenas das declarações de intenções. Nós precisamos de facto que sejam criadas condições financeiras para assumir a qualidade que queremos nas nossas escolas. O Governo não nos pode transferir as competências das escolas e não nos transferir os meios financeiros. Isto não é retórica política Senhor Deputado Armando Vieira. A Câmara de Aveiro este ano, e podem ver isso no balanço social que foi feito, teve que contactar setenta e uma pessoas para colaborarem nas escolas que estão sobre a nossa responsabilidade — e depois não se espantem com o aumento das despesas correntes, apesar de termos conseguido que elas baixassem no ano. A gestão foi tão boa quanto isto. Mas só no sector das escolas foram setenta e uma pessoas que tiveram que ser contratadas. O que tem que aumentar também são as receitas e, portanto, penso que em nome desse pacto para a qualidade da educação, nós precisamos de verbas para construir mais escolas e precisamos de verbas para que as despesas correntes que tem a ver com a água, com a luz, com os funcionários, que é preciso para que as refeições tenham qualidade e sejam bem confeccionadas, tudo isso são despesas correntes. As despesas correntes não são sempre despesas sumptuárias e supérfluas; são despesas por vezes absolutamente essenciais e é o caso. E por isso, eu penso que nesta matéria estaremos todos certamente de acordo, em fazer o possível para que as nossas escolas tenham sempre as melhores condições possíveis.*

*Em relação ao protocolo com o Beira-Mar, ele ainda não está assinado porque entretanto todos acompanharam pelos jornais, enfim o que se passou. Para já há uma prova em curso e estamos todos muito optimistas. O Beira-Mar está a fazer um bom fim de época e vamos todos ter a alegria de o ver manter-se na primeira divisão. Mas como há um processo eleitoral, as eleições estão marcadas para o dia 21 de Junho, enfim, não sei se haverá condições para assinar este protocolo antes dessas eleições, vamos ver.”*

#### Membros da Assembleia:

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Acha que esse protocolo deve ir previamente à Comissão do Euro antes de ser assinado pelo Beira-Mar?”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

*“Parece-nos que só deve ir à Comissão, para além daquilo que a Comissão já conhece, uma versão do protocolo que tenha obtido o consenso do clube, sobre pena depois de andarmos em negociações indeterminadas com propostas que depois não são aceites também pelo clube. Tem que haver aqui um momento próprio para essa minuta poder ir à Comissão respectiva. Eu como disse, vamos ver qual é a reacção da Direcção do Beira-Mar nos próximos dias, para ver se há condições para que essa assinatura tenha lugar ou não antes da data das eleições.*

*Eu vou ter muito gosto em assinar um protocolo em breve com a ARCO - aproveito para endereçar os meus parabéns à ARCO - um protocolo em que a Junta de Freguesia e a ARCO vão assumir a responsabilidade e a satisfação de poder gerir em conjunto o complexo desportivo depois da qualificação que vai ser feita. E como o Senhor Presidente da Junta acabou de dizer, é um bom exemplo de gestão, sem apoios públicos, que vale a pena enaltecer.*

*Senhor Deputado Armando Vieira, também gostava de lhe dizer que não estou nada de acordo com aquilo que disse sobre a iluminação das Freguesias e do Concelho em geral. Foi feito um esforço enorme de iluminação pública em todas as Freguesias. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: como Presidente da ANAFRE e agora conhecendo-o, não quer dizer que não o conhecesse, mas tendo obrigação política e institucional de conhecer melhor a iluminação pública que existe por essas freguesias no país, eu acho que o Senhor Presidente de Junta, até vai ficar orgulhoso da iluminação pública que tem, quando comparando com outras Freguesias que conhece enquanto Presidente da ANAFRE. Mas mais, como Presidente da ANAFRE devia (permita-me a sugestão), pressionar politicamente a EDP para que faça o possível por melhorar as redes de iluminação pública, porque a Câmara tem conseguido muito, mas com o contributo do Presidente da ANAFRE e com essa qualidade certamente que vai conseguir mais com o benefício, não apenas para todas as Freguesias do concelho, mas para todas as Freguesias do país, e isto não é brincadeira, é sério. Acho que de facto há ainda muito por fazer, mas eu reconheço que a EDP nos últimos anos fez um esforço significativo na melhoria da rede de iluminação pública.*

*Senhor Deputado Jorge Nascimento: porque é que as reuniões de Câmara são nas Freguesias? Eu convidava-o, eu acho que o vou convidar, não vou esquecer, a participar numa dessas reuniões públicas. Porque o Senhor Deputado Jorge Nascimento vai aperceber-se da importância que elas têm para as populações e do enorme significado cívico e político que elas assumem. Há muitas pessoas que nunca tiveram oportunidade de assistir a uma reunião de Câmara e as pessoas afluem em massa a essas reuniões públicas para poderem participar e ter uma palavra a dizer sobre os problemas que as preocupam e sobre o futuro e o presente da Freguesia. E portanto, isso é puro desconhecimento. Eu não lhe faço a injustiça de pensar que não são úteis. Não conhece! Porque se conhecesse, ficava surpreendido com a participação, com o interesse com que as populações participam nessas reuniões de Câmara e são reuniões que são também muito úteis, aliás eu dizia-lhe mesmo mais, nós temos muito mais gente, muito mais munícipes a assistir nas reuniões de Câmara quando elas são nas Freguesias do que quando elas são na sede do Concelho; o que não deixa de ser um dado sobre o qual vale a pena reflectir um pouco.*

*Depois Sr.ª Dr.ª Maria Antónia, eu peço imensa desculpa, mas não percebi a sua intervenção. Julgo que foi muito abstracta e nas coisas concretas foi injusta; mas é uma intervenção que de facto não se adapta à nossa realidade de todo. Nós não temos menos qualidade de vida agora do que tínhamos há quatro ou cinco anos. Temos muito mais*

qualidade de vida! Temos algumas perturbações por força das obras de circunstância, mas são perturbações que uma vez concluídas as obras vão melhorar muito a nossa qualidade de vida. Este ciclo das Freguesias capitais «não trouxe nada?» - já trouxe! E tem trazido e o objectivo não era esse. Mas só para falar nas pavimentações, porque era de facto uma questão muito candente e ainda continua a ser em alguns sectores, eu queria recordar que em Cacia por exemplo já está pavimentada a Rua da Junqueira, foi pavimentada e está em curso a Rua da Paz. Só para falar de duas necessidades gritantes que existiam em Cacia e que foram resolvidas e esperamos que o mesmo possa acontecer agora em Santa Joana.

Depois não percebi o que é que nós destruímos Sr. <sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antónia, para construir o “La Défense”!? Não sei, não me recordo. Estive aqui a fazer algum esforço, mas acho que nada. Até na Praça Marquês do Pombal, estive a olhar em volta os edifícios que lá estavam no começo das obras e estão lá todos e vai nascer mais um que é o novo Tribunal. E mais, estão a ser recuperados e irão ser recuperados. Temos a notícia que o edifício dos Correios também vai ser recuperado; o que é excelente. Vamos ficar com a praça toda recuperada quer a nível do solo, quer nos edifícios que a circundam. E deixe-me dizer o seguinte: “La Défense”, se calhar nunca teria sido construída se tivessem passado pelo movimento de Planeamento partilhado que nós estamos a passar - isto só para referir que às vezes há limites. Porque o gosto e o horror dos arquitectos e dos planeadores é o que é, e provavelmente naquela altura chocou muitos parisienses. Ninguém se recorda dos nomes dos contestatários de então, o que ficou para a história foi o que lá está e os nomes dos arquitectos autores. Espero que possamos ter a felicidade de encontrar o mesmo nível de intervenção para que as reservas naturais e compreensíveis também não fiquem na história e fique para o futuro. Enfim, boas intervenções urbanísticas e que projectem Aveiro nesse futuro. Mesmo em relação à Avenida Dr. Lourenço Peixinho, eu gostava de lembrar o seguinte: concordo com a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antónia, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho e já aqui o falei, precisa imediatamente - eu diria, de uma intervenção qualificadora do desenho urbano, de mobiliário urbano, que não lhe retire as características que todos queremos manter, que passa por do meu ponto de vista, aumentar o espaço para os passeios pedonais, por retirar tanto quanto possível e se possível totalmente, o estacionamento nas bermas dos passeios, manter a circulação automóvel na sua totalidade. É uma avenida que nasceu com o automóvel praticamente e portanto, não me passa pela cabeça pedonalizar totalmente alguns dos quarteirões como já vi sugerido por algumas pessoas. Acho que ela deve manter as características com que nasceu, manter as árvores, se calhar não aquelas porque todos conhecem os problemas que as raízes colocam à manutenção do espaço público e dos passeios na avenida e há formas hoje em dia de saber quais são as árvores que se adequam e que não têm esses problemas; melhorar o mobiliário urbano é absolutamente necessário e deixar um canal aberto para os transportes públicos e eventualmente para o eléctrico rápido. São, digamos, que algumas ideias de força que presidem ao estudo que estamos a elaborar e que espero que possa ser concretizado muito em breve, logo que possível, é uma intervenção cara como imaginam.

Sobre a Lota conhece certamente, estará recordada, que a parte da lota faz parte da intervenção Polis, e esperamos que o concurso que está quase a poder ser aberto, concurso público para a construção das infra-estruturas, venha de facto acabar com a situação de alguma insegurança, degradação e depósito de materiais em que aquilo está transformado. Sr. Arquitecto Gustavo, sobre o parecer do IPAR não tenho presente sinceramente qual é o conteúdo. Quanto ao tipo de utilização da Avenida Lourenço Peixinho e continuando a reflexão sobre a Lourenço Peixinho, certamente que isto terá que ser objecto de um estudo de tráfego muito cuidado, mas para já é um túnel obviamente rodoviário, não é um túnel pedonal, é só rodoviário. Mas se calhar uma boa ideia que os técnicos terão que avaliar, é que os automóveis saiam e entrem transportes públicos, por exemplo. É uma ideia que pode

*servir para uma vez que estamos a ter da EN 109 para cá várias entradas que dispersam o trânsito e evitam que ele se venha a acumular. E como queremos de facto preservar a Avenida de grandes cargas automóveis, uma ideia possível a trabalhar é essa; não digo que possa ser assim, os estudos tem que ser feitos, mas é uma hipótese a trabalhar.*

*No dia 12, a partir do dia 12, simbolicamente é o dia da cidade, a nossa página de serviços na Internet esteja disponível. Iremos fazer uma sessão de apresentação na próxima sexta-feira, convido todos para estarem presentes e os jornalistas já foram convidados creio — é na sexta-feira às 10:30 horas da manhã no Museu da República. E portanto penso que a partir do dia 12 estes serviços estarão disponíveis; essa é a boa notícia.*

*Senhor Deputado Manuel Coimbra, eu devo dizer-lhe que seduz-me muito mais a Penélope. De facto é verdade! Tem uma atitude de pertinácia, de persistência, de crença no futuro, de esperança; é uma atitude construtiva, de melhorar aquilo que está mal, de não se conformar com as coisas quando elas não estão bem, é formidável, é uma atitude formidável. O Ulisses como sabe é um mito e não tem nada a ver com a realidade. Eu não acredito em mitos e, portanto, seduz-me muito mais a Penélope. De resto, também espero que nesse sentido, o sentido do Alberto Souto seja o sentido do futuro, ainda que isso implique alguns sentidos de trânsito; penso que o sentido que estamos a dar a Aveiro é o sentido do futuro.*

*Sobre os números eu já falei, não vale a pena falar muito mais, julgo que são temas que são recorrentes, estão explicados, vamos tornar a conversar sobre eles no Relatório de Actividades e na Conta de Gerência.*

*Ainda me faltava aqui uma questão. O Senhor Deputado Álvaro do Bem e eu já expliquei, a Avenida do Crasto. O torneio do mini-golfe. Eu prefiro pensar numa corrida de skate, logo que as ruas estejam reparadas e portanto, fica o desafio de ainda lá podermos andar de skate, como já podemos andar em muitas das ruas que há aqui uns meses as pessoas se queixavam - não é em todas, mas em algumas consegue-se de facto, o piso está excelente, em algumas.*

*Coisas mais sérias e mais importantes é por exemplo, como aqui foi referido, a questão das áreas metropolitanas. Eu acho que não só não devemos, enfim, sentirmo-nos como “Aníbal com os elefantes atrás”, mas também não devemos tratar esta matéria como um elefante numa loja de cristal; não devemos. Eu penso que Aveiro irá ter um papel decisivo. Vai assumir as suas responsabilidades nesta questão. Julgo que estamos a trabalhar de uma forma eficaz, há talvez uma oportunidade histórica para que essa concretização apareça, pela análise que vou fazendo, pelos contactos que tenho tido, julgo que se podem criar condições políticas muito interessantes entre todos os partidos se houver bom-senso, determinação, capacidade negocial, para que toda a região de Aveiro e as regiões limítrofes se possam de facto associar e concretizar um dos modelos que está previsto na lei.*

*Eu gostava de dizer o seguinte, porque de facto acho que nesta matéria uma palavra a mais pode ser prejudicial ao processo. Eu neste processo procurarei ter muita humildade institucional, local e pessoal. Às vezes estragam-se bons projectos por questões de menor importância: como saber onde fica a sede da capital; saber que nome é que se dá à região ou à área metropolitana; quem é que vai ser o Presidente — e questões deste tipo. E eu acho, e espero, e estou a encontrar uma atitude de grande maturidade política nos diferentes interlocutores com quem tenho tratado deste assunto e espero que ela permaneça até ao fim, porque se assim for estas questões que tantas vezes minam os processos não estarão desta vez na linha de partida e serão resolvidas em momento próprio. E era o que eu gostava de dizer sobre isto. Não estamos adormecidos, também nos pareceu que era prematuro na altura lançar foguetes antes de saber qual era a festa, porque ainda nem se conhecia a lei e já andavam aí tentativas de sedução e aliciamento de várias latitudes, de*

norte a sul e para o interior; e a verdade é que há um conjunto de factores económicos de dados estatísticos, de afinidades culturais e de espaços de economias conjuntas que podem levar a que essa nova entidade política surja com naturalidade e surgir como eu espero que surja, uma vez que a lei foi promulgada, espero que possa surgir com toda a força política que essa área metropolitana justifica e pode vir a ter.

O Plano de Urbanização e Polis não andam de costas voltadas — gostava de afastar essa ideia. Tem havido um enorme cuidado e toda a articulação técnica entre as duas equipas, na elaboração dos dois planos. Acontece que os “timings” de um e do outro podem e são diferentes! Pode dar-se o caso de termos o Plano Polis aprovado mais cedo ou o contrário - espero que não, dada a natureza dos Planos, mas por isso mesmo houve o cuidado de articular tecnicamente os dois Planos e é bom e já fizemos várias sessões sobre isso, é bom que esta Assembleia, tão cedo quanto possível mergulhe mais uma vez nestes planos para que a aprovação política possa depois ser feita com conhecimento profundo dos dois Planos, como já vai existindo.

Quanto é que custaram as alterações de trânsito? Deixem-me aproveitar, o Feio não está cá, portanto podemos elogiá-lo à vontade hoje. Ele merece de facto o elogio. As alterações foram planeadas, estudadas por ele e sobre a sua responsabilidade, com a colaboração de todas as forças da ordem e entidades que supervisionam e tem responsabilidade do trânsito depois de ouvidas as Juntas de Freguesia, depois de ponderadas as sugestões e críticas que os moradores fizeram, julgo que as alterações realmente ao fim de dois dias ou três já não se notam quase os efeitos das primeiras confusões e desorientações, já quase só se notam os bons efeitos. O descongestionamento da Avenida é notável; na Beira Mar a mesma coisa. É uma questão agora das pessoas irem conhecendo os seus novos percursos para os destinos onde tem que chegar. Mais uns dias de adaptação e estou convencido que de facto valeu bem a pena e o custo não só foi baixo como seria absolutamente irrelevante. O custo foi cerca de dois mil contos (para falar em contos), estamos a falar de quinhentos sinais, mais a sinalização horizontal, mais o custo das horas de trabalho, a adaptação dos semáforos, tudo isso foi uma intervenção de grande escala sem grande custo e com uma enorme vantagem social, que esperamos que seja agora compreendida por todos. Temos no terreno todas as autoridades com responsabilidade nesta matéria para tentar identificar os pontos mais sensíveis e analisar se se impõe ou não algum ajustamento, alguma modificação, mas para já as primeiras impressões são as melhores.

Sobre a Comissão desta Assembleia para o Estádio Mário Duarte. Eu não interpretei mal a decisão da Comissão. Também não gostaria de ser mal interpretado! Aquilo que eu disse é que perante a decisão que foi tomada, em termos muito práticos (foi isso que eu quis referir), o passo que agora a Câmara tem que dar é realmente o de aprovar uma versão para que ela possa recolher os pareceres das entidades e depois vir à Assembleia Municipal e convocar formalmente a Assembleia para a apreciação do Plano, foi só isso que eu quis dizer. Pareceu-nos que não há outra saída agora senão de facto fazer lançar as coisas em termos formais. Sem prejuízo de terem sido julgo eu muito úteis para todos as sessões que foram feitas a este propósito na Comissão da Assembleia Municipal. Portanto também não gostava que houvesse aí nenhum equívoco.”

#### Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu só queria fazer algumas observações à resposta do Senhor Presidente da Câmara e que é o seguinte: o Senhor Presidente diz que a minha intervenção foi “abstracta e que não está adaptada à realidade”. Eu queria dizer-lhe que é um ponto de vista diferente. Uma análise diversa e que é bom que apareçam nestas Assembleias que às vezes podem estar um

*bocadinho viciadas nas análises, pela repetição de intervenções e dos intervenientes. É bom que haja uma análise diferente.*

*Penso que não são apenas as questões concretas e diárias as únicas que têm interesse. É preciso parar, pensar a cidade mesmo do ponto de vista abstracto - o pensamento é muitas vezes abstracto, mas depois vai ter consequências concretas na prática.*

*Quando eu me referi “que se tinham destruído edifícios”, posso dar-lhe o exemplo na Avenida Lourenço Peixinho da destruição, por exemplo, do edifício Severim Duarte — com que eu não concordei. Houve outros edifícios que se destruíram, destruiu-se a sua traça e foram-se construir caixotes com muitos andares que realmente acabam por se transformar em grandes lucros para os seus proprietários.*

*Em relação à Praça Marquês de Pombal, destruiu-se a Praça! Era discutível se seria bonito ou não — é uma questão de gosto. Mas verificou-se que a construção daquele edifício ou daquele cubo que tinha aparecido como um futuro restaurante, teve que ser destruída, porque estava realmente a estragar a paisagem e não estava a respeitar a traça pelo menos de três dos edifícios que têm lá. Três dos edifícios são realmente edifícios que têm direito a um pouco de respeito urbanístico.*

*Já agora que se reconheceu que houve um erro na Praça Marquês de Pombal e se destruiu o que estava mal, eu queria chamar a atenção para um gradeamento de metal cinzento com um “design” moderníssimo que está colocado a um metro da fachada da ‘Casa de Santa Zita’ e que do meu ponto de vista destrói o aspecto estético da Casa de Santa Zita.*

*As misturas de estruturas moderníssimas com estruturas clássicas têm que ser o resultado de uma obra de alta qualidade arquitectónica. Não quer dizer que não haja arquitectos bons em Aveiro, mas têm que ser arquitectos muito bons para se abalançarem nesse tipo de projectos.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal António Manuel Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu não vou falar no gerúndio como o meu colega, mas vou falar no passado. Não, eu não falar de quinze dias, vou falar em cinco anos. Aquilo que se passa é que o Senhor Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Senhor Presidente, disse no início que a dívida de curto prazo - que alguém disse que para dois anitos e tal era uma dívida razoável e comparou-a com o Orçamento de há cinco anos. Senhor Presidente, compare-a não com o Orçamento, mas compare-a com os valores constantes no Relatório de Contas de 97! E o que vê, é que para uma receita real de vinte cinco milhões o Senhor tinha uma dívida de cinco milhões — ou seja 20%.*

*E agora em 2003, para uma receita de sessenta e três milhões aproximadamente, têm uma dívida de vinte e três milhões vírgula cinco — o que significa 37%.*

*Mas se quisermos continuar em 97 e a comparar com 2003, Senhor Presidente, as receitas de capital em 97 eram 41% e as receitas correntes eram de 59%. E neste momento Senhor Presidente, em 2003 as receitas de capital são 58% e as receitas correntes são de 42%, inverteu-se a posição.*

*O problema é que em 97 não houve pedidos de empréstimos nenhuns. Zero. E este ano houve dezassete milhões de euros!? Esta é que é a comparação que se tem que fazer. E eu não gosto de ver isto só para lhe dizer uns números e mandar umas bocas, não é nada disso. Nós temos que olhar para o passado não numa perspectiva reactiva apenas, mas numa perspectiva pró-activa e com um sentido de realimentação e de fead-back, para podermos perspectivar o futuro — e é isso que eu não vejo. Vejo continuar com uma atitude*

*despesista e sem controle das despesas. A sua eficácia nas trinta medidas, como muito bem o Senhor Santos Costa disse, foi Senhor Presidente de 12%! 12% foi a eficácia que o Senhor teve nessas medidas. 12% é muito bom... em cem é óptimo!*

*E depois não é só isso. Isto num conceito de escala, podemos pôr na escala americana, em a), b), c), d), f), nem chegava ao f). Agora o problema Senhor Presidente é que infelizmente nos impostos, contrariamente ao que o Senhor disse, não baixou nenhum imposto! O Senhor aumentou todas as receitas de impostos directos. Aumentaram todas, à excepção da Derrama. Este é que é o problema. E esta é a situação!?*

*Por isso é que eu pedi Senhor Presidente e peço desculpa, não foi nenhum artifício, foi para poder ter tempo de analisar alguns destes dados e poder mostrá-los agora.”*

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Nós se falamos aqui em números e se falamos em dívidas, não é para chatear, nem para pegar em coisas pequenas. É porque em muitos destes casos atrás das dívidas estão credores. Estão pessoas, e que não são apenas aqueles que são defendidos e que são tidos em conta com muita força pelas bancadas do PP ou do PSD e às vezes do próprio PS — os grandes empreiteiros, os grandes fornecedores; não é só o grande capital. Também há nos credores, onde estão incluídas as ‘Criaditas dos Pobres’ (conforme me estão aqui a dizer ao lado) e estão muitos prestadores de serviços. Estão os membros desta Assembleia! Ora, há de facto pessoas por trás destas dívidas; são pessoas! E preocupam-me as pessoas - as pessoas preocupam-nos. Não é só ao PS que as pessoas preocupam - a nós também.*

*E se falamos em números, às vezes é porque somos forçados a isso. Porque o Senhor Presidente também fala e depois diz coisas como disse há bocado: «desceu a Contribuição Autárquica» - quando ela subiu; «desceu a SISA» - quando ela subiu. Portanto, isto não pode ser. Nós não podemos deixar que o Senhor Presidente diga isso quando não corresponde à realidade. Diga assim: a Derrama desceu. É verdade! Desceu e desceu bastante. Mas também lhe digo: tinha subido, tinha dado um salto, recebemos mais da Derrama que em 2000; agora em 2002 foi mais do que em 2000 e em 2001, foi uma receita absolutamente extraordinária.*

*O Senhor Presidente diz e se vangloria acerca da diminuição das receitas correntes entre 2001 e 2002. Olhando para a realidade não podemos deixar de lhe dizer: “Oh Senhor Presidente, mas por esse caminho até eu baixava”. Aliás, é tão simples como isto: não pague mais facturas para o ano que volta a baixar as despesas correntes. Foi isso que fez. O que está na contabilidade é o que pagou. Os ‘compromissos assumidos e não pagos’ não estão pagos!?! Não estão na contabilidade; estão no relatório ao lado!*

*Ora Senhor Presidente, Senhores Deputados, se os ‘compromissos assumidos e não pagos’ aumentaram durante o ano de treze milhões, para vinte e três milhões de euros - dez milhões, basta que um décimo deste aumento seja de despesas correntes para o Senhor já ter aumentado as despesas correntes. Estou a falar da relação, treze milhões e quatrocentos mil euros de compromissos assumidos e não pagos no final de 2001, vinte e três milhões e quinhentos mil de compromissos assumidos e não pagos nas contas de 2002. No final são mais de dez milhões de euros, basta que um décimo seja despesas correntes para o Senhor ter gasto muito mais. Mas não é só um décimo, é muito mais do que isso. Portanto, o Senhor aumentou e aumentou bem, as despesas correntes. Se calhar bem! Se calhar de forma justa... Mas não venha dizer e não esperar que o chamem à atenção. Não venha dizer que baixou. Não baixou, porque não pagou! Tivesse pago e tinha aumentado.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)



Presidente da Mesa  
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:  
Presidente da Câmara

De seguida e dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 13 de Maio (3.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 08 de Maio de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)